

Educação infantil em Belém: *os tempos e espaços negados*

Early childhood education in Belém:
denied times and spaces

Educación infantil en Belém:
los tiempos y espacios negados

ANDRÉA C. CUNHA MATOS*

Universidade Federal do Pará, Belém-PA, Brasil.

RESUMO: O artigo apresenta uma análise sobre a oferta da educação infantil em Belém/PA e as ações do poder público frente à necessidade de sua expansão. Além de levantamentos estatísticos, dados coletados por meio de entrevistas foram analisados. Nota-se que a ausência de políticas públicas que respeitem os direitos de bebês e crianças se materializa em insuficiência e precariedade de equipamentos públicos, superlotação de salas, desvalorização profissional e negação de tempos e espaços adequados à infância.

Palavras-chave: Educação infantil. Políticas públicas. Precarização do trabalho.

ABSTRACT: The article presents an analysis on the provision of early childhood education in Belém/PA and the government's actions in view of the need for its expansion. In addition to statistical surveys, data collected through interviews were analyzed. It is noted that the absence of public policies that respect the rights of babies and children materializes in insufficient and precarious public facilities, overcrowding of rooms, professional devaluation, and denial of times and spaces suitable for children.

* É mestra e doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Pará, mesma instituição na qual atualmente é docente, atuando no ensino básico técnico e tecnológico como professora de educação infantil. *E-mail:* <amatosufpa@gmail.com>.

Keywords: Early childhood education. Public policies. Work precariousness.

RESUMEN: El artículo presenta un análisis de la oferta de educación infantil em Belém/PA, Brasil, y las acciones del gobierno ante la necesidad de su expansión. Además de las encuestas estadísticas, se analizaron los datos recopilados mediante entrevistas. Se observa que la ausencia de políticas públicas que respeten los derechos de los bebés y niños se materializa en instalaciones públicas insuficientes y precarias, hacinamiento en las aulas, desvalorización profesional y negación de tiempos y espacios adecuados para la infancia.

Palabras clave: Educación infantil. Políticas públicas. Precarización del trabajo.

Introdução

Este artigo expõe um recorte de pesquisa de doutorado sobre saúde docente na educação infantil em Belém, capital do estado do Pará. Dados estatísticos sobre matrícula, oferta e corpo docente na rede pública municipal disponíveis nas sinopses estatísticas da educação básica nos anos de 2010 a 2019 foram analisados, bem como as entrevistas no ano de 2019 com uma amostra composta por cinco docentes que atuam em creches e pré-escolas vinculadas à Secretaria Municipal de Educação (Semec).

Na etapa inicial, realizou-se um levantamento para a elaboração de critérios de escolha dos espaços educativos onde se encontravam os sujeitos docentes que participaram da pesquisa. Além dos dados sobre afastamentos médicos constantes nos relatórios epidemiológicos do Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador (Nast/Derh/Semec), foram consideradas as características geográficas e administrativas de Belém, optando-se pelo distrito de maior extensão geográfica e outro que concentrasse o maior número de servidores/as. Um terceiro distrito foi incluído em virtude do elevado percentual de afastamentos médicos em relação ao número total de servidores, em uma de suas unidades escolares, a qual supera a média geral da Semec/Belém, se considerarmos todos os seus oito distritos administrativos.

Após a definição dos critérios, dez docentes foram contactadas, dentre as quais cinco aceitaram participar. Elas foram devidamente informadas sobre os objetivos da pesquisa e assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para garantir o anonimato das professoras, utilizou-se a identificação DEI (Docente da Educação Infantil) por ordem de realização das entrevistas (DEI/01, DEI/02, DEI/03, DEI/04 e DEI/05), e acompanhadas das

siglas CA (Com Afastamento) ou SA (Sem Afastamento), a fim de sinalizar que nem todas as docentes se encontravam com afastamento médico na ocasião da entrevista.

Diante da compreensão de que a educação se encontra em sintonia com o trabalho, internalizando valores que podem levar tanto à passividade/alienação a fim de consolidar o sistema quanto a ações de resistência/enfrentamento, tornou-se fundamental apreender o que se encontra por trás da formação discursiva dos sujeitos.

Nessa perspectiva, para além dos dados secundários, utilizou-se como técnica para coleta de dados primários a entrevista semiestruturada, assumindo o materialismo histórico e dialético como método com vistas à compreensão do fenômeno em sua totalidade e tomando-se como referência a Análise Crítica do Discurso (ACD) para orientar a organização, a categorização e a análise dos dados.

Atendimento público à educação infantil

Belém é uma cidade portuária situada às margens da Baía do Guajará, com uma população de 1.492.745 habitantes, sendo a 11^a entre as capitais mais populosas do País e a 2^a maior entre as cidades do Norte. Com 14 bacias hidrográficas e 39 ilhas, Belém possui forte característica insular e o maior índice pluviométrico do País. No entanto, 29,7% da população não possui acesso à água, 86,4% não têm coleta de esgoto e, quanto ao tratamento de esgoto coletado em relação à água consumida, apenas 2,3% recebiam o devido tratamento em 2018 e naquele ano foram mais de mil internações e 28 mortes por doenças de veiculação hídrica, só na capital, colocando o município entre aqueles com pior saneamento básico no Brasil (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2020).

A capital paraense apresenta uma peculiaridade geográfica que marca a distribuição dos bairros, com planejamento e gestão organizados a partir de distritos, definidos com base em dois elementos, conforme disposto na Lei nº 7.682, de 05 de janeiro de 1994: “I – relações de integração funcional de natureza econômico-social; e II – urbanização contínua entre bairros e/ou áreas limítrofes ou que manifestem tendências nesse sentido”. No artigo 4^o da mesma Lei, lê-se o seguinte:

Art. 4^o. Considera-se Distrito Administrativo o agrupamento de bairros e /ou áreas limítrofes com densidade demográfica e funções urbanas, diversificadas ou não, de modo que reúnam as características citadas no artigo anterior, e peculiaridades a exigirem planejamento integrado, ação conjunta e permanente união de esforços para a execução de serviços públicos de interesse comum de caráter local (BELÉM, 1994).

Embora tenha apresentado evolução positiva em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) nas últimas três décadas, quase um terço da população no município vivia em situação de pobreza extrema ou alta em 2017, sendo

que os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa correspondiam a 39% da população, de acordo com dados do IBGE (2018).

Belém também tem apresentado resultados preocupantes em relação a saneamento, habitação, meio ambiente, mobilidade e violência, estando entre as capitais com a pior qualidade de vida, segundo levantamento realizado pelo Observatório das Metrópoles que mede o Índice de Bem-Estar Urbano (2016). O contexto em que vivem as crianças belemenses as submete a uma situação de privação que atinge direitos básicos, estando mais vulneráveis à violência e a doenças.

No acesso à educação a situação não é diferente. Analisando a evolução de matrículas na educação infantil na rede municipal de 2010 a 2019, nota-se uma queda na taxa de matrículas em 2011, com crescimento a partir de 2012 até 2016. Porém, nos anos subsequentes há uma redução no número de matrículas na educação infantil, tanto para a faixa etária de 0 a 3 anos, quanto de 4 e 5 anos, conforme o Gráfico 1, a partir dos dados do Inep constantes nas Sinopses Estatísticas da Educação Básica.

Gráfico 1: Matrículas em creches e pré-escolas na rede pública municipal de Belém/PA, 2010-2019

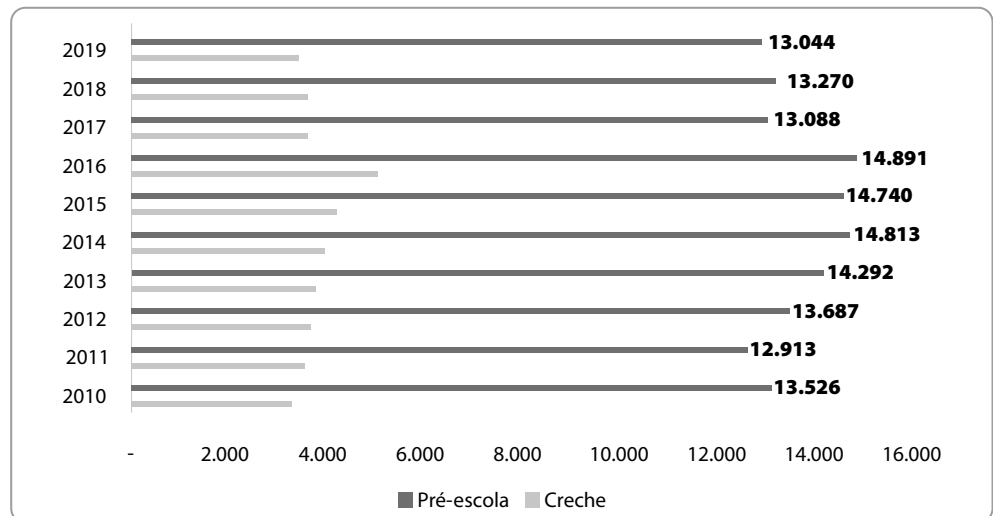


Gráfico elaborado pela autora com base em INEP, 2010 a 2019.

Em 2019, a Semec passou a utilizar uma plataforma *on-line* para pré-matricula de novos estudantes como forma exclusiva de ingresso na Rede. Esse mecanismo substitui o deslocamento de responsáveis para as escolas em busca de vagas e, embora possa exprimir certa facilidade, acaba por dificultar o acesso por parte de inúmeras famílias, o que pode justificar o fato de naquele mesmo ano a Semec ter sido obrigada a abrir um

segundo período de pré-matricula para o preenchimento de mais de 6.000 vagas restantes da primeira chamada referentes somente à educação infantil.

Quanto ao total de docentes vinculados à Semec em Belém, comparando os anos de 2010 e 2016, nota-se que o número de docentes em creches saltou de 177 para 593, e na pré-escola subiu de 464 para 618, entre professores efetivos e temporários. Tais valores sofrem queda em 2017, conforme verificado no Gráfico 2, com um pequeno crescimento no ano seguinte, no caso da pré-escola.

Gráfico 2: Docentes da educação infantil na rede pública municipal de Belém/PA, 2010-2019

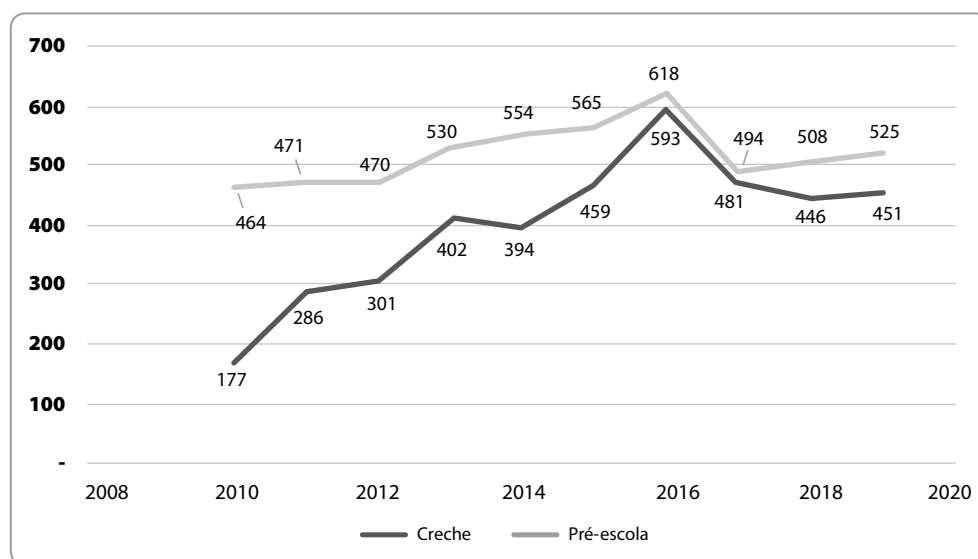


Gráfico elaborado pela autora com base em INEP, 2010 a 2019.

No *ranking* dos municípios “campeões da terceirização”, Belém ocupa o 6º lugar, 3º em relação ao volume de recursos investidos de acordo com o mínimo constitucional (25%) a ser aplicado na educação básica e o 13º dentre aqueles que respondem pelos menores investimentos em professores, conforme levantamento feito pelo Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (Ilaese), em estudo realizado no período de 2013 a 2018, utilizando como critérios de escolha 50 municípios brasileiros, considerando a população e a relevância econômica.

Em relação ao vínculo empregatício de professoras/es da rede pública municipal, nota-se uma redução significativa na quantidade de contratos temporários e um crescimento no número de docentes efetivos no período que vai de 2011 a 2018, mesmo que o total de vínculos temporários ainda respondesse por cerca de 17% do total de professores/as que atuavam na educação infantil em 2018. Em números absolutos, no ano de 2018,

havia um quantitativo de 954 docentes da educação infantil, lotados em 145 estabelecimentos que ofertavam a educação infantil em Belém, sendo que 57 dessas unidades com atendimento de creche e 108 atendendo com pré-escola.

Chama atenção a grande oscilação no número de contratos temporários, com registro de crescimento sobretudo no ano de 2016, o que pode estar relacionado ao aumento no número de matrículas naquele ano. A partir do Gráfico 3 é possível notar que a alta taxa de docentes com vínculos temporários somente começa a reverter a partir do ano de 2013, com a nomeação de concursados. No ano de 2011, por exemplo, professores/as temporários/as respondiam a 65,73% dos vínculos de trabalho nas creches e a 57,11% na pré-escola, e em 2012 essas taxas eram de 67,11% e 62,98%, revelando que a precarização não ocorre somente nas condições, mas também nas relações de trabalho. O grande número de contratos temporários também compromete a qualidade do trabalho na educação infantil, em virtude da alta rotatividade de docentes.

Gráfico 3: Docentes da educação infantil na rede pública municipal de Belém/PA, por tipo de vínculo, 2011-2019

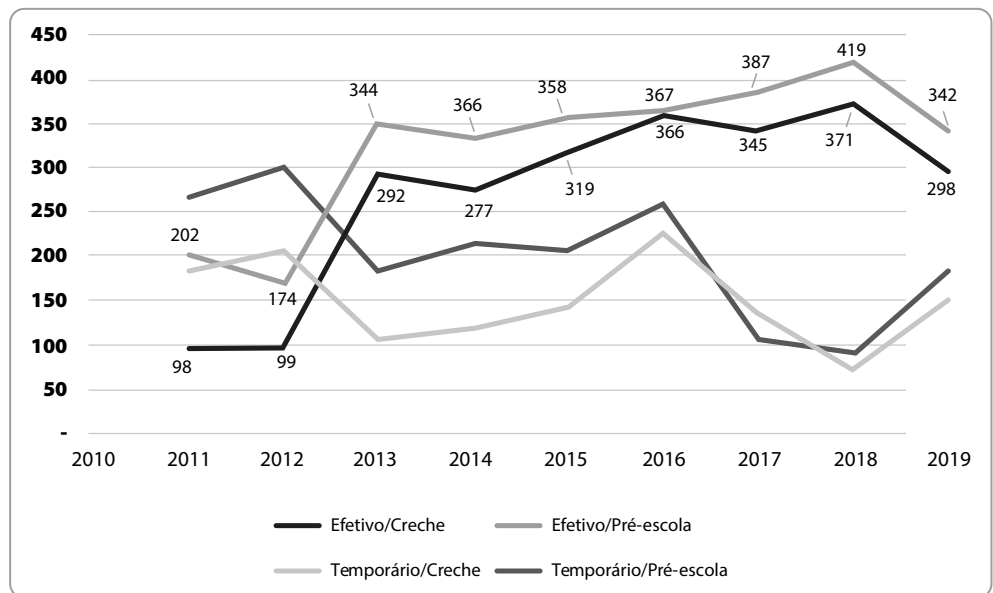


Gráfico elaborado pela autora com base em INEP, 2011 a 2019.

O grande número de contratos temporários também compromete a qualidade do trabalho na educação infantil, em virtude da alta rotatividade de docentes. Na rede pública municipal em Belém, nota-se um crescimento no número de docentes efetivos até 2018, com uma redução significativa na quantidade de contratos temporários, chegando o total de vínculos temporários a 17% do total de professores/as que atuavam na educação

infantil municipal em Belém. Contudo, é possível verificar uma nova tendência de aproximação entre o número de professoras/es efetivas/os e entre aquelas/es com vínculos temporários, posto que estes últimos correspondem a 34% da categoria nesta etapa da educação básica na rede municipal em 2019.

Desde de o ano de 1997, mesmo passando a contar com professoras que compunham o quadro de servidores/as vinculados/as à Secretaria Municipal de Educação de Belém em consonância com as exigências da LDB/96, o fechamento de turmas de educação infantil por parte do governo estadual, com a aprovação do Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) em 1997, somado à escassez de recursos para absorver adequadamente a demanda em expansão e à falta de interesse dos sucessivos governos em resolver a questão, os espaços provisórios que ofertavam a educação infantil vinculados à assistência, a exemplo das associações de moradores, se tornaram espaços permanentes, passando a ser ofertadas em prédios alugados, cedidos ou conveniados. Ainda em 1997, das 92 Unidades de Ensino da Rede Municipal em Belém, 51 eram anexos implantados naquele ano.

De acordo com o relatório de Gestão do Município (2020), 197 unidades educacionais estavam vinculadas à Semec em 2019, sendo 95 escolas (educação infantil e fundamental), 34 unidades de educação infantil, 38 unidades pedagógicas/anexos e 30 escolas conveniadas em parceria com organizações da sociedade civil (OSC). Embora seja possível notar um crescimento no número de espaços educativos se compararmos os anos de 1997 e 2019, não se pode afirmar que tenha havido melhoria na qualidade. Ao contrário, conforme podemos verificar no Gráfico 4, ao não substituir as unidades pedagógicas/anexos por novas escolas nos distritos administrativos sob a responsabilidade do poder público municipal, e expandir o atendimento via OSC (escolas conveniadas), a variedade de espaços e formas de gestão demonstra que a educação infantil em Belém segue precarizada.

Gráfico 4: Unidades Educacionais em Belém/PA, 2004, 2012 e 2019

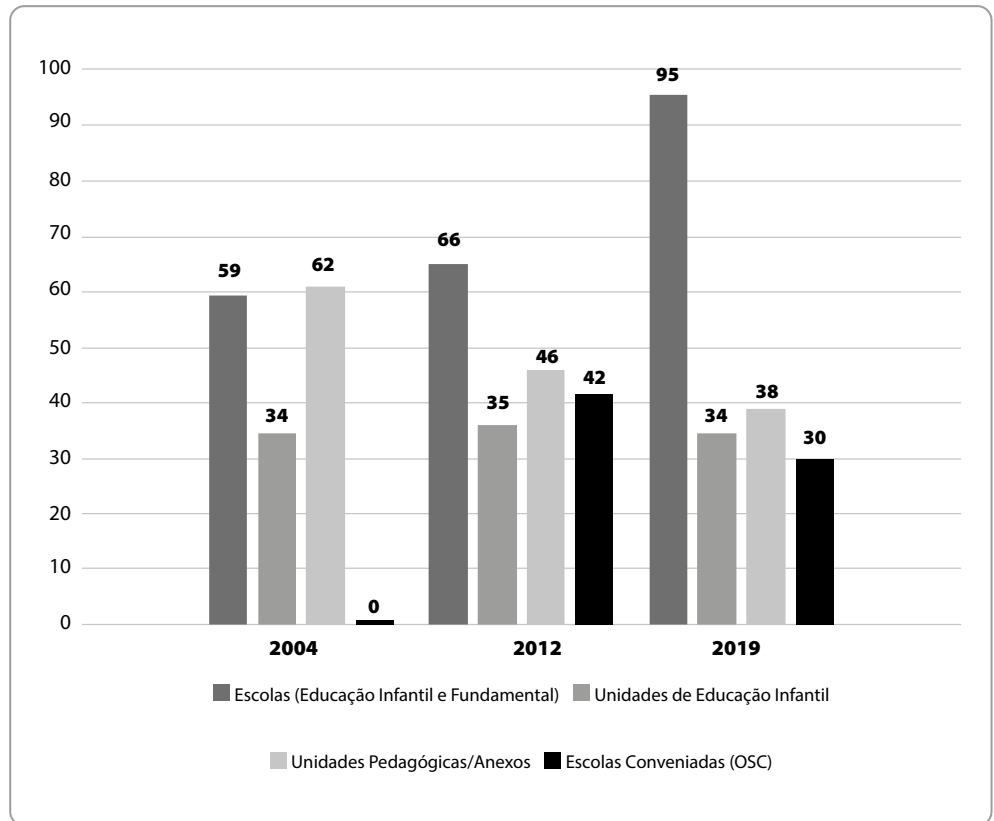


Gráfico elaborado pela autora com base em BELÉM, 2020

Diferentemente das escolas – onde é ofertado o ensino fundamental e em algumas unidades também a educação infantil/pré-escola, em regime parcial – e das unidades de educação infantil – voltadas ao atendimento em regime parcial ou integral às crianças na creche e pré-escola –, as unidades pedagógicas e anexos surgiram como medida temporária para o cumprimento da legislação educacional e voltaram-se ao atendimento da grande demanda de crianças até 6 anos que ainda se encontravam fora da escola ou eram atendidas em espaços como associação de moradores e centros comunitários no final dos anos de 1990.

Analisando a distribuição dos espaços educativos no período estudado, reafirma-se a necessidade de problematizar as condições de infraestrutura dos espaços pedagógicos vinculados à Semec/Belém nos quais o trabalho das professoras da educação infantil ocorre, assim como pensar os interesses em jogo e as formações discursivas, posto que:

as ideologias são significações/construções da realidade (mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais), que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2016, p.122).

Para justificar a celebração de novos convênios para a oferta de educação infantil em Belém, em 2016 o Conselho Municipal de Educação, alegando a incapacidade de atender à demanda, publicou a Resolução CME n.º 04, de 28 de novembro de 2016, a qual “Estabelece procedimento *excepcional* para a concessão de atos autorizativos em prol de Organizações da Sociedade Civil interessadas em celebrar parceria com a Secretaria Municipal de Educação, com vistas à ampliação do atendimento educacional” (grifo nosso) nessa etapa da educação básica.

O que se pode notar, na verdade, é a pretensão em se estabelecer formas de controle e funcionamento das instituições educativas que acompanhem o processo de reestruturação produtiva, favorecendo o mercado, reformulando currículos e fazendo surgir novos perfis de gestores, em que o Estado cede lugar a outros agentes de poder, e a ações e parcerias “bem-sucedidas” (na perspectiva do capital) acabam sendo utilizadas como modelos a serem seguidos.

Tempos e espaços negados

O trabalho docente na educação de crianças pequenas, embora carregue em sua natureza a díade cuidar e educar, seja qual for o espaço em que este trabalho é desenvolvido, a depender das condições de infraestrutura, de material e de recursos humanos, o cuidado ou a educação – ou mesmo as duas funções – podem ficar prejudicados. O impacto dessas demandas externas sobre o trabalho docente na educação infantil leva a um fazer ainda mais intenso, que se agudiza no contexto do neoliberalismo, com aprofundamento da precarização das condições do trabalho, aumento da demanda, bem como vínculos precários, reestruturação curricular e com novas formas de controle:

O atual modelo de gerencialismo que vem sendo implementado nas políticas educativas busca não somente um novo modelo de gestão escolar e de currículo, mas principalmente formas de gestão e de governo dos processos subjetivos de formação do indivíduo como consumidor, que deve ser o responsável pela sua própria formação, pela sua empregabilidade, que deve se autoadministrar, não numa perspectiva autogestionária, mas numa perspectiva individualizada de autoadministração. É nesse sentido que os processos de intensificação, comprimidos por uma relação espaço-tempo já comprimida, tornam-se processos cada vez mais intensos e passam a ser modelos baseados na autointensificação (HIPOLITO *et al.*, 2009, p.109).

Quando a parceria com o/a gestor/a da unidade é uma realidade, pelo menos o exercício da escuta ocorre e a busca por saídas torna-se uma ação coletiva, conforme foi possível inferir a partir da análise das entrevistas realizadas com professoras de creches e pré-escolas em três distritos administrativos de Belém. Em uma das creches, o relato de uma docente da educação infantil que havia assumido a coordenação da unidade alguns meses antes da realização das entrevistas revela sensibilidade em relação ao trabalho das professoras e preocupação com as condições de trabalho no espaço:

Dar banho em 25 crianças não é fácil, mesmo em dupla docência. No caso dos maternais e nos casos dos jardins você é só. [...] são 25 crianças pra você ajudar na alimentação, orientar na hora da atividade, e ainda conseguir abraçar no momento do sono, entendeu? Então é um braço, outro braço... é um pé que tu usas pra tentar acolher todas as crianças. Então é uma rotina extremamente cansativa. É muito prazerosa, mas é extremamente cansativa, física e mentalmente (DEI/03/SA, 2019).

Lamentavelmente, essa empatia não é a realidade observada na maioria das escolas, unidades pedagógicas e unidades de educação infantil vinculadas à Semec, em que ainda prevalecem as indicações políticas como critério de “escolha” de diretoras/es e coordenadoras/es.

Sobretudo nas atividades de educação e cuidado de bebês e crianças bem pequenas (0 a 3 anos), a concepção de trabalho tem se sustentado na naturalização da parentalidade em que a atividade desenvolve-se, a presença docente é desnecessária, contrastando assim com sua oferta no setor privado, no qual a “dispensa” da perspectiva educacional nas instituições que atendem a população de maior poder aquisitivo não ocorre na mesma medida:

Um dos debates fortes que ancoraram as discussões sobre a formação de professores no final da década de 1990 foi em torno dos modelos assistencialistas e pedagógicos que diferenciavam os profissionais que atuavam em creches e pré-escolas. [...] Prevalencia nas creches o caráter assistencialista priorizando as orientações sobre higiene, cuidados com a alimentação das crianças e outras medidas que tentavam suprir a pobreza e “compensar” assistencialmente aquelas de origem pobre. Por outro lado, os profissionais que trabalhavam com crianças de quatro a seis anos tinham majoritariamente o curso de magistério e uma parte significativa tinha curso superior (MORUZZI *et al.*, 2018, p.182).

O fato é que, além das atividades inerentes ao trabalho docente na educação infantil, as quais por sua natureza já exigem uma *hipersolicitação* profissional, o trabalho marcado pela desvalorização e pela superlotação das turmas tem contribuído para o aprofundamento da intensificação do trabalho, seja ele desenvolvido na creche, seja na pré-escola. Bebês e crianças pequenas se encontram em um processo delicado de desenvolvimento físico, cognitivo e emocional, no qual a tensão, para os profissionais, também se intensifica nas turmas que possuem uma média de 28 crianças para apenas uma professora, incluindo-se por vezes duas ou mais crianças que possuem alguma deficiência ou síndrome ou que demandam atendimento psicossocial.

Embora a Prefeitura Municipal de Belém tenha divulgado, em seu Anuário Estatístico do Município de Belém (2019), que no período de 2013 a 2017 a média de crianças nas turmas de educação infantil tenha variado de 21,9 crianças/turma no ano de 2015, a 23,2 crianças/turma em 2017, o cálculo não reflete a realidade de creches e escolas municipais, posto que a enturmação de bebês e crianças pequenas obedece a critérios específicos que levam em consideração a faixa etária e a forma de atendimento.

É pertinente destacar a gravidade das alterações na Resolução nº 22, de 28 de novembro de 2012, efetuadas pelo Conselho Municipal de Educação, sobre a organização dos grupos de crianças nos espaços educativos de Belém. Tais alterações apresentam grande retrocesso no campo da educação infantil. Os critérios para enturmação previstos na Resolução CME nº 29, de 1º de setembro de 2017, levam a severas consequências para o desenvolvimento infantil, ao aumentar o número máximo de bebês e crianças por professor/a e desconsiderar as demandas pertinentes à faixa etária e ao processo de inclusão, situação que se agrava com a Resolução CME nº 06, de 19 de fevereiro de 2020, que despreza a importância da relação entre o número de bebês/crianças por professor/a e a presença obrigatória de docentes na educação infantil.

Este é um dos fatores que têm tornado o fazer docente na educação infantil ainda mais intenso, pois, além da precariedade na infraestrutura, o quantitativo de crianças por profissional não permite que se faça um trabalho com a devida qualidade, além de prejudicar a saúde de adultos e crianças. Reside aí mais um dos diversos debates que cruzam a discussão sobre as condições de trabalho na educação infantil: o número de bebês ou crianças por turma e o número de bebês ou crianças por professor/a. Entre os/as professores/as da SEMEC, essa tem sido uma das principais queixas presentes na pauta sindical no ano de 2020.

Em entrevista com uma professora da pré-escola, lotada em uma turma com 28 crianças, ela relata as dificuldades que enfrenta no desenvolvimento do trabalho diário, tanto no que se refere ao espaço físico, quanto à carência de recursos materiais e humanos. Ao não contarem com um número suficiente de profissionais de apoio administrativo e pedagógico, as professoras da educação infantil em Belém desenvolvem um trabalho solitário, intensificado e sem qualquer retaguarda. Quanto ao número de crianças por turma, a professora é taxativa:

Na educação infantil, quando eu entrei eu fiquei bem assustada pelo quantitativo de alunos e a falta de apoio para esse atendimento, que eu acho que fica bem difícil a gente falar de qualidade de ensino nessa situação, em que a gente se depara com uma realidade em que você tem que atender muitas crianças, você não tem o espaço adequado, você não tem recursos, tanto humanos quanto materiais para trabalhar (DEI/01/CA, 2019).

A superlotação das turmas traz consigo diversas outras complicações e a situação se agrava com a postura assumida por alguns coordenadores, ao corroborar a política da Semec, reforçando, através da gestão, o clima de tensão e medo e os conflitos já existentes na escola.

Em relação ao ambiente físico, a política de educação infantil implementada pelo governo municipal em Belém não favorece o desenvolvimento de um trabalho com a devida qualidade, e, mesmo quando as unidades dispõem de espaços como

“salas-ambiente”, as crianças pequenas não possuem direito de usufruir, pois sequer têm um horário destinado a elas.

As atividades pedagógicas, em virtude da ausência de *outros tempos e espaços*, acabam ficando restritas à sala de aula e sob a regência de uma única professora responsável por até 34 crianças, o que certamente torna a docência na educação infantil mais intensa e desgastante. Um dado a destacar é o fato de as professoras deduzirem que a ausência de atividades para além daquelas realizadas por elas próprias se restringe às unidades pedagógicas (UP) onde elas atuam:

Na escola o professor da educação infantil tem outros profissionais, professor na sala de leitura, sala de informática, tem o professor de educação física. Em algumas escolas tem até o professor de educação artística que faz o revezamento com a professora da educação infantil. Tem HP. E aqui no anexo a gente não tem nada disso, a gente não tem espaço e também não tem outros profissionais, é naquela salinha mesmo que tu tens que te virar o ano todo, sozinha com aqueles alunos (DEI/02/CA, 2019).

Educação física e artes, fundamentais para essa etapa da educação básica, não são uma realidade para as crianças atendidas pela Semec/Belém, embora a destinação de carga horária e a lotação de professores/as destas áreas tenham ocorrido na rede municipal de ensino há alguns anos, conforme relatam as professoras que atuam na pré-escola:

A gente tem que ressaltar bem a questão desses tempos e espaços para as crianças, porque eu já fui também de outro município e lá, dentro da grade curricular, existia educação física, existia artes pra eles e é aquele momento em que o professor está na escola até planejando outra atividade, organizando o trabalho pedagógico. Então são tempos que eles estão desenvolvendo outras atividades com outro profissional, e são outras experiências também para eles, dentro do ambiente escolar. Outros espaços. E que isso contribui muito para a qualidade de ensino, e que a gente não vê isso na educação infantil dentro da Rede Municipal, é só mesmo a professora de turma... e a professora de turma (DEI/01/CA, 2019).

Em UP e anexos vinculados à Semec, as condições de trabalho, desde que esses espaços foram assumidos pelo poder público municipal na década de 1990, seguem extremamente precárias, funcionando ainda em prédios que abrigavam antigas quitinetes ou até mesmo fazendo uso de garagens. Uma das professoras, que estava de licença saúde no período da entrevista, ao indagar sobre suas condições de trabalho, descreveu:

Piores possíveis, né? Porque pra começar lá é anexo, e sendo anexo ele não tem o prédio. A estrutura pra funcionar não é igual da escola. [...] Era o pátio da casa e colocaram uma divisória que virou uma sala de aula. Então a gente absorve todo o barulho da rua, dos carros, das buzinas, de tudo que passa numa rua altamente movimentada. A poeira que vem dos carros. Uma sala que não tem sequer um piso, é cimento, então é a poeira do cimento da sala, é a poeira que vem dos carros da rua, é o barulho de todo mundo que chega na escola, que bate no portão, e tira atenção das crianças... não tem banheiro das crianças. [...] se um carro buzina muito forte eles correm pra olhar, se passa o carro da polícia, ou uma ambulância... toda

hora passa, eles correm pra olhar. Chegam pessoas no portão e batem lá pra serem atendidas, eles correm, eles querem que eu abra, 'tia, tão batendo lá'. Aí eu acabo interrompendo pra ver quem está batendo no portão pra chamar quem está lá na cozinha pra vim abrir (DEI/05/CA, 2019).

Calor excessivo, salas pequenas, sem ventilação, com muita interferência sonora e pouco mais de 1,50m de distância de avenidas (onde há circulação permanente de veículos), piso de cimento e banheiros compartilhados por adultos e crianças constituem, no mínimo, uma situação insalubre. O resultado, além das dores geradas pelo esgotamento físico e emocional das professoras, é o alto comprometimento da qualidade no trabalho mesmo diante de todo o empenho profissional e pessoal.

Implicações e aproximações

Em 2019, pelo menos 34% das unidades educacionais de Belém não possuíam as condições adequadas para garantir um atendimento à educação infantil que respeitasse as necessidades fundamentais na infância. E é nesses espaços que muitas professoras de educação infantil desenvolvem suas atividades por 4h a 8h diárias, em estado de permanente tensão, pois refeitórios, parques, bibliotecas, salas de informática, brinquedotecas e áreas livres/para atividades recreativas são inexistentes, já que, no geral, trata-se de prédios alugados (domiciliares ou comerciais) ou cedidos, como casas, centros comunitários ou associações de moradores.

Supondo que as unidades de educação infantil (UEI) estejam entre os espaços que teriam sido planejados para receber as crianças de 0 a 5 anos de idade matriculadas em creches e pré-escolas de Belém, elas seguem também apresentando carências. Esses espaços não contam com salas de repouso para as crianças atendidas em tempo integral, nem quadras, bibliotecas ou brinquedotecas, e poucas dispõem de áreas livres ou parquinhos.

Submetido à lógica alienante de reprodução do capital, o trabalho docente em Belém sofre o impacto de fatores externos e internos que concorrem para o processo de intensificação do trabalho de professoras da educação infantil em salas imersas na precariedade observada nas unidades que ofertam a educação infantil pública no município, sejam em espaços próprios, cedidos ou alugados.

O papel cumprido pela gestão pública e as precárias condições de infraestrutura, bem como a falta de acesso a outros *tempos e espaços* combinado à superlotação de turmas, têm levado as docentes que atuam na educação infantil a um processo de corrosão do trabalho e de sua saúde física e mental.

No caso dos espaços “provisórios”, como unidades pedagógicas e anexos, constituem-se como ambientes totalmente inadequados à oferta da educação infantil em todos os aspectos, aprofundando a já precária situação em que se encontram as crianças e os

bebês que dependem da oferta de serviços públicos básicos em Belém para terem assegurados os seus direitos e garantias fundamentais.

Recebido em: 19/03/2020, Reapresentado em: 28/09/2020 e Aprovado em: 19-10-2020

Referências

BELÉM. *Anuário Estatístico do Município de Belém 2019*. Disponível em: <http://anuario.belem.pa.gov.br/>. Acesso em: 05 de março de 2020.

_____. *Lei nº 7.682, de 05 de janeiro de 1994*. Dispõe sobre a regionalização administrativa do município de Belém, delimitando os respectivos espaços territoriais dos distritos administrativos e dá outras providências. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/coletanea/PDF/o_n_urb/lei_7682.pdf. Acesso em: 05 de março de 2019.

_____. *Resolução nº. 22 – CME, de 28 de novembro de 2012*. Estabelece normas para credenciamento, autorização de funcionamento e diretrizes para oferta e organização da Educação Infantil no município de Belém e dá outras providências. Disponível em: http://cmebelem.com.br/wp-content/uploads/2015/08/Res22_12-Ed.-Inf.-alterada.pdf. Acesso em: 05 de março de 2020.

_____. *Resolução Conselho Municipal de Educação n.º 04, de 28 de novembro de 2016*. Estabelece procedimento excepcional para a concessão de atos autorizativos em prol de Organizações da Sociedade Civil interessadas em celebrar parceria com a Secretaria Municipal de Educação, com vistas à ampliação do atendimento educacional – Educação Infantil – no âmbito da Rede Municipal de Educação de Belém. Disponível em: http://cmebelem.com.br/wp-content/uploads/2016/10/Res.-04_16.pdf. Acesso em: 05 de março de 2020.

_____. *Resolução nº. 29 – CME, de 1º de fevereiro de 2017*. Altera dispositivos da Resolução nº. 22 – CME, de 28 de novembro de 2012 que estabelece normas para credenciamento, autorização de funcionamento e diretrizes para oferta e organização da Educação Infantil no município de Belém e dá outras providências. Disponível em: http://cmebelem.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Res.-29_2017.pdf. Acesso em: 05 de março de 2020.

_____. *Resolução nº. 06 – CME, de 19 de fevereiro de 2020*. Altera dispositivos da Resolução N.º. 22 – CME, de 28 de novembro de 2012 que estabelece normas para credenciamento, autorização de funcionamento e diretrizes para oferta e organização da Educação Infantil no município de Belém e dá outras providências. Disponível em: http://cmebelem.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Res06_20.pdf. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

HYPOLITO, Alvaro. M.; VIEIRA, Jarbas S.; PIZZI, Laura C.V. Reestruturação curricular e auto-intensificação do trabalho docente. *Currículo sem Fronteiras*, [online], v. 9, n. 2, pp.100-112, jul./dez. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Apenas 25% das crianças com menos de 4 anos frequentam creche ou escola*. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-03/apenas-25-das-criancas-com-menos-de-4-anos-frequentam-creche-ou-escola>. Acesso em 05 de março de 2020.

_____. *PNAD Contínua 2018: educação avança no país, mas desigualdades raciais e por região persistem*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24857-pnad-continua-2018-educacao-avanca-no-pais-mas-desigualdades-raciais-e-por-regiao-persistem>. Acesso em: 7 de março de 2020.

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Anuário Estatístico do ILAESE. Trabalho & Exploração: o mapa da exploração dos trabalhadores no Brasil*, v. 1, n. 02, setembro. São Paulo: ILAESE, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopses Estatísticas da Educação Básica dos anos de 2010-2019*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 05 de março de 2020.

INSTITUTO TRATA BRASIL. *Indicadores por localidade - Belém (Região Metropolitana)*. Disponível em: <https://www.painelsaneamento.org.br/explore/localidade?SE%5B1%5D=150140>. Acesso em: 05 de março de 2020.

MORUZZI, Andrea B.; SILVA, Bianca N. B.; CURY DE BARROS, Bruna. Formação de Professores da educação infantil: a especificidade em questão. In: ABRAMOWICZ, A; HENRIQUES, A. C. (Orgs.). *Educação Infantil: a luta pela infância*. Campinas: Papirus, 2018.

RIBEIRO, Luiz C. de Q.; RIBEIRO, Marcelo G. (Orgs.). *IBEU Municipal: índice de Bem-Estar Urbano dos Municípios Brasileiros*. Observatório das Metrôpoles, 2016. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/56316195/ibeu-municipal>. Acesso em: 10 de março de 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. *Relatórios de Atividades 2010-2015*. Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador: Belém, 2015.